

# GAZETA MERCANTIL

Quarta-feira, 20 de julho de 1988

## Constituinte: esforços para mudar o que foi aprovado

A uma semana do início das votações do segundo turno da Assembleia Nacional Constituinte — a princípio devem recomeçar no próximo dia 25 —, o presidente José Sarney reuniu, ontem, o comando político do governo para analisar os pontos considerados mais polêmicos e que devem merecer redobrados esforços para que sejam suprimidos da nova Carta. Quinze itens foram selecionados (em reunião realizada na segunda-feira o governo havia elencado 38 itens passíveis de supressão), destacando-se a anistia da correção monetária das dívidas contraídas durante o Plano Cruzado, a anistia fiscal, o tabelamento dos juros em 12% reais ao ano, os reajustes dos proventos dos aposentados, entre outros. Há consenso dentro do governo de que se algumas dessas emendas não forem suprimidas da nova Carta os prejuízos para o País serão extremamente elevados: algo na casa de CZ\$ 1 trilhão, quase o equivalente a 4% da dívida externa brasileira.

Já ressaltamos aqui as apa-

rentes dificuldades em se mudar, de forma significativa, o que os constituintes aprovaram no primeiro turno, fato que exigirá habilidosas negociações políticas. É bom lembrar, no entanto, que o parecer favorável dado pelo relator Bernardo Cabral para a supressão de algumas emendas consideradas polêmicas e nocivas à economia como um todo — os pareceres foram entregues na última segunda-feira ao presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães — pode ser o primeiro sinal para que essas negociações cheguem a bom termo. Afinal, foram considerados passíveis de supressão o tabelamento dos juros e a anistia fiscal e das dívidas dos micros, pequenos e médios empresários. Exatamente alguns dos itens que o governo incluiu no rol dos que devem ser retirados da nova Constituição.

Mesmo com essa porta aberta para a negociação, é necessário que os constituintes, nessa fase decisiva que deve começar no próximo dia 25, tenham consciência dos efeitos que as medidas que

serão sacramentadas terão sobre o País. Não resta dúvida de que o projeto da nova Carta é extremamente detalhista. Ele procura legislar sobre os mais variados segmentos da sociedade, fato que pode gerar graves distorções internas pelo excessivo poder paralisante do novo texto da forma como está alinhavado.

Os exemplos que apontam para isso são inúmeros. Além dos já mencionados e aos quais o relator deu parecer favorável para supressão, podemos citar a licença de 120 dias para a gestante, a licença paternidade de oito dias (pode ser suprimida conforme parecer do deputado Bernardo Cabral), a desapropriação de terras produtivas para efeito de reforma agrária, a definição de empresa nacional, a nacionalização do setor mineral, o fim dos contratos de risco, os privilégios especiais às empresas brasileiras de capital nacional (também recebeu parecer favorável do relator para supressão), etc.

É inegável, também, que emendas que podem afugentar o

capital externo devem ser repensadas antes de sua aprovação no segundo turno, sob o risco de uma retração ainda maior nos níveis de investimentos globais na economia, já que o País depende de recursos externos para manter o seu desenvolvimento. O setor público vem reduzindo sistematicamente os seus investimentos na economia. A taxa média de formação bruta de capital indicador que diz qual investindo na economia o setor público baixou de 1973, em relação ao Produto Bruto (PIB), para 8,3% no passado. O setor privado, embora tenha conseguido aumentar os seus investimentos, não é suficiente, sem ajuda de capitais externos, para multiplicar os investimentos em setores produtivos. No entanto, por exemplo, a taxa de formação bruta de capital na economia como um todo caiu em 17,09%, bem abaixo da média dos anos 70, que ficou acima de 20%.